



Número: **0846247-28.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **17/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCIANO FELIPE (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34420866	17/09/2020 10:49	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
34420867	17/09/2020 10:49	<a href="#">INICIAL LUCIANO FELIPE COMP.</a>	Documento de Comprovação
34420878	17/09/2020 10:49	<a href="#">LUCIANO FELIPE DOC.</a>	Documento de Comprovação
34428480	18/09/2020 22:09	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
35779387	22/10/2020 09:29	<a href="#">Petição</a>	Petição
35781426	22/10/2020 09:29	<a href="#">COMP. RENDA LUCIANO FELIPE PDF</a>	Documento de Comprovação
35781427	22/10/2020 09:29	<a href="#">GUIA DE CUSTAS LUCIANO FELIPE</a>	Documento de Comprovação
35874100	25/10/2020 15:15	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
35981854	03/12/2020 17:26	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
37506711	05/12/2020 14:50	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
37744470	11/12/2020 16:04	<a href="#">Devolução de Mandado</a>	Devolução de Mandado
37744476	11/12/2020 16:04	<a href="#">MANDADO CITAÇÃO INTIMAÇÃO - COMPREV - 0846247-28.2020.8.15.2001</a>	Documento de Comprovação

ANEXO.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
\_\_\_\_VARA CIVIL DA CAPITAL.

**JUSTIÇA GRATUITA**

**LUCIANO FELIPE**, brasileiro, solteiro, Profissão: Ajudante, inscrito no RG sob o nº 1.910.235 SSP/PB e CPF de nº 018.785.344-40, residente e domiciliado na Rua Trav. São Luiz, N 69, São José - João Pessoa/PB, CEP: 58200-000, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em face da **COMPREV VIDA PREVIDENCIA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ –33.634.999/0001-80, que poderá ser citada no Shopping Cidade, Praça 1817, 220, Bloco B - Centro, João Pessoa - PB, 58013-010, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

## 1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente estar sendo representado em juízo por advogados particulares, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido. Nesse sentido, brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

**“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.**

## 2) DOS FATOS

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **09/04/2020**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve **Fratura luxação de galeazzi direito e fratura do 5º metacarpo direito, que o deixou com permanente debilidade em todo o membro afetado**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 9.450,00 (Nove mil quatrocentos e cinquenta reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

**O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 4.725,00 em 19/08/2020, conforme documentação acostada.**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

### 3) DO DIREITO

#### 3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)**

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

### **3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa**

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

### **3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL**

**No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.**

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.



### **3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.(grifo nosso)**

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

***“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).***

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.



### **3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO**

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:  
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)”**

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

### **4) DA POSTULAÇÃO**

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

**a)** ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;

**b)** ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente ao valor determinado pela perícia médica corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;

**c)** a **designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de PERÍCIA MÉDICA ESPECIALIZADA** conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;







Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**d)** a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;

**e)** ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

**f)** por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 4.725,00.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 16 de Setembro de 2020.

**JOSÉ EDUARDO DA SILVA**  
**OAB/PB 12.578**

**ALEXANDRA CESAR DUARTE**  
**OAB/PB 14.438**

**MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA**  
**OAB/PB 17.295**

**THIAGO OLIVEIRA SILVA**  
**ESTAGIÁRIO**



### QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente cometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

### **ANEXO**

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858



## Duarte e Silva Advogados Associados

Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 01 - Mangabeira, João Pessoa/PB  
(83) 98666-4906 e 987150366

### PROCURAÇÃO "AD - JUDICIAL ET EXTRA"

NOME: Lauiano Felipe TELEFONE: 98852-8812

ESTADO CIVIL: solteiro PROFISSÃO: afundante

CPF 018.785.344-40 RG 1.910.235 ENDEREÇO R. TRU.

SÃO LUÍZ, n° 69 - SÃO JOSÉ 58200-00

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438 e MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA OAB/PB 17.295** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 01, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

### GRATUIDADE JUDICIÁRIA

**Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.**

João Pessoa, 05 de ABRIL de 2020

(OUTORGANTE)

X Lauiano Felipe





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.910.235 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 07/02/2015

NOME LUCIANO FELIPE

FILIAÇÃO MARGARIDA FELIPE

NATURALIDADE GUARABIRA-PB DATA DE NASCIMENTO 10/10/1975

DOC ORIGEM CASAM N. 6367 FLS. 284 LIV. B. AUX. 05  
CARTORIO GUARABIRA-PB

CPF 018.785.344-40

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/89



**LUCIANO FELIPE**  
TRAV SAO LUIZ 69 - SAO JOSE  
GUARABIRA/PB CEP 58200-000 (AG 22)

CPF/CNPJ/RANI 018 785 344-40

Grupo CONVENCIONAL BARRA TENSÃO / Subgrupo B1  
Classe RES MTC B1 / Subclasse RESIDENCIAL  
Ligação MONOFÁSICO  
Rotômetro 12 - 22 - 149 - 1250 I/P Medidor 00000246516



**UNIDADE CONSUMIDORA (UC)**  
**5/428939-3**

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 00004289393



**VALOR DA FATURA**  
**R\$ 164,72**



**VENCIMENTO**  
**26/08/2020**



**REFERÊNCIA**  
**Ago / 2020**



**CONSUMO** **6,20 kWh**  
**186kWh** **MÉDIA DIÁRIA**

**SITUAÇÃO DE DÉBITOS**

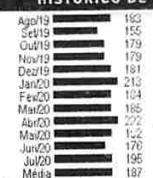
**DESCRIPTIVO**

CCI	Descrição	Quant.	Tarifa de Tributos	Valor Base Calc. Total (R\$)	Aliq. ICMS (R\$)	ICMS Base Calc. (R\$)	PIS (R\$) Cofins (R\$)	PIS (R\$) Cofins (R\$)		
0601	Consumo em kWh	186	0,814990	151,59	151,59	27	40,92	151,59	1,64	7,57
0607	LANÇAMENTO DE SERVIÇOS			8,99	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA			0,57	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0806	JURISDIÇÃO MURTA 07/2020			3,12	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0806	MULTA 07/2020			0,45	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0806	ATUALIZAÇÃO MONE TÁRIA 07/2020									

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 164,72 151,59 40,92 151,59 1,64 7,57  
Tarifa s/ Tributos 0,545400

**RESERVADO AO FISCO** a148.a5ce.8402.876c.6fb7.1d04.bdb3.d40d

**HISTÓRICO DE CONSUMO (kWh)**



**LEITURAS**

Anterior 20/07/20 37527  
Atual 19/08/20 37719  
Consumo 186 kWh  
Período 30 dias  
Constante do medidor 1

**PRÓXIMA LEITURA**  
**18/09/2020**

**COMPOSIÇÃO DO CONSUMO**

Descrição	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	38,95	24,20
Compra de Energia	49,68	30,18
Serviço de Transmissão	5,93	3,60
Encargos Setoriais	8,00	4,86
Impostos Diretos e Encargos	63,28	38,40
Outros Serviços	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>164,72</b>	<b>100,00</b>

Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref. 6/2020) R\$ 56,06

\*Faturamento pela média mínima

**INDICADORES DE QUALIDADE**

METRA	MENTAL	APURADO TRIMEST	ANUAL	LIMITE DE TENSÃO (V)
Horas que o cliente ficou sem energia - DIC	5,79	0,00	11,58	23,18
Veas que o cliente ficou sem energia - PIC	3,42	0,00	6,85	13,70
Duração da maior interrupção de energia no período - DMIC	9,37			
Duração da interrupção individual em dias - DICRI	12,22			

**ATENÇÃO**

Para preservar sua saúde, a Energisa está pronta para te atender pelos canais virtuais: site, App Energisa ONE e Whatsapp (83) 99135-9540.

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.036 182/0001-40 - Insc. Est. 16.015.823-0-

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 049 303 071 - Emissão 19/08/2020

Esta NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA fica disponível para consulta e pagamento a partir de 19/08/2020



Assinado eletronicamente por: JOSE EDUARDO DA SILVA - 17/09/2020 10:48:33

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091710483318300000032915901>

Número do documento: 20091710483318300000032915901

### DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

GRUPO SANGÜÍNEO FATOR RH	DIABETE <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	HEMOFILIA <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
ALERGIAS <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. nº 879, de 12 de julho de 1993) <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		

### CARTEIRAS ANTERIORES

NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
42269	00017	PB	27/08/1993
23/09/2017 José Roberto M. Firmino			
Mat: 636077			
SINE - PB			
ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR			
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR			
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR			

06

### CONTRATO DE TRABALHO

#### PAU BRASIL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA

CNPJ: 14.841.359/0002-87  
 End.: Avenida-OTACILIO LIRA CABRAL, SN  
 Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL – CEP: 58200-000  
 Município: Guarabira – UF: PB  
 Esp. Estab.: Comercio  
 Cargo: Ajudante geral  
 CBO: 7832-25  
 Data de Admissão: 01/10/2018  
 Registro Nº: 00234  
 Remuneração específica: R\$ 1.063,00  
 (hum mil sessenta e tres reais) p/ mês.  
 Pau Brasil Distr de Bebidas Ltda.

PAU BRASIL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA

DATA DE SAÍDA DE DE DE

ASS. DO EMPREGADOR OU APOC. E TESTEMUNHA

1ª 2ª

COM. DISPENSA CD Nº

FGTS Nº DA CONTA

07







**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA  
Nº 039533.01.2020.0.00.704**

A Delegacia Online CERTIFICA a requerimento escrito, via Internet, de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial nº 039533.01.2020.0.00.704 analisado pelo policial civil Bettowen Carvalho de Oliveira, matrícula 1560000 cujo teor passo a transcrever na íntegra: às 09:31 min do dia 29/06/2020, na Delegacia Online, **LUCIANO FELIPE**, nacionalidade Brasileiro(a), profissão AJUDANTE GERAL, natural de Guarabira, nascido(a) em 10/10/1975, idade 44, estado civil Casado (a), de cor Parda, filho(a) de MARGARIDA FELIPE e NAO DECLARADO, CPF 018.785.344-40, residente e domiciliado(a) no(a) TRAVESSA SAO LUIZ, nº 69, bairro SAO JOSE, na cidade de Guarabira/PB. CEP: 58200000, telefone(s) 83987150366, registrou o seguinte:

**Dados do(s) Fato(s):**

Data/Hora do fato: 09/04/2020 06:00h; Tipificação: **Boletim Emergencial**; Tipo do Local: Indefinido; Local do Fato: RODOVIA ESTADUAL PB73, DISTRITO INDUSTRIAL, Guarabira/PB.

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

Conduzia sua moto YAMAHA YBR 125K, ANO/MOD 2008/2008, COR VERMELHA, PLACA MOD 3696-PB, CHASSI 9C6KE092080199230, em nome de RAFAEL PEDRO DA SILVA, quando trafegava pela rodovia, um cavalo apareceu na pista vindo a colidir caindo ao solo, sendo socorrido por terceiros para o Hospital Regional de Guarabira e transferido para o Complexo Hospitalar de Mangabeira.

Sendo o que havia a constar, cientificado o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

  
LUCIANO FELIPE

BAD482B5E7C366B31D3C0E88C1A0CBE

Código de Controle

**ATENÇÃO:** Esse Boletim só é válido com a assinatura do declarante. A veracidade do mesmo pode ser checada no site da Delegacia Online através do código de controle. [www.delegaciaonline.pb.gov.br](http://delegaciaonline.pb.gov.br). Tel. (83) 3612-8612 (8h-18). E-mail: [delegaciaonline@seds.pb.gov.br](mailto:delegaciaonline@seds.pb.gov.br).



Nº 039533.01.2020.0.00.704 1/1



~~ANEXO~~ HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY

Data: 09/04/2020

IA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N

Hora: 13:00:17

1956-324 JOAO PESSOA Fone: (83)3214-1980

Recepcionista: RITA DE CASSIA T. FERREIF

AX: ( ) - CNPJ:

Clinica: ORTOPEDIA

ADOS DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 1

me: LUCIANO FELIPE

Num. Prontuario: 2020.04.000466

me Social: NAO INFORMADO CPF: 018.785.344-40

NS: 705002649961754 Sexo: M IDENTIDADE: 1910235 Fone: 988528812

atural: GUARABIRA/PB Data Nasc.: 10/10/1975 Id: 44 ano(s)

rd.: RUA MANOEL DE OLIVEIRA, 69

airro: SAO JOSE Cidade: GUARABIRA UF :PB

ae: MARGARIDAFELIPE

Pai:

aca: PARDA Etnia: SEM INFORMACAO

ocupação: AJUDANTE DE MOTORISTA

Estado Civil: CASADO(A)

NEFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade: NAO INFORMADO

esp.: LUCIANO FELIPE

oc. Responsavel: 988528812 / IDENTIDADE: 1910235

ocedencia: TRABALHO

ransporte utilizado: VEICULO PROPRIO

itima de acidente por: TRABALHO

itima de violência por: NAO

Case Policial

RE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

ipo de Classificação de Risco: VERDE

A: FR:

☐ Aparentemente Bem ☐ Grave

C: TP:

☐ Politraumatizado ☐ Convulsao

eso: Altura:

☐ Hemorragia ☐ Dispneia

licemia: IMC:

☐ Diarreia ☐ Agitado

irc. Abd: O2%:

☐ Regular ☐ Chocado

☐ Vomito

ueixa Principal

Observacao

RAUMA EM MSD

NEGA SINTOMAS GRIPAIS

NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA

NEGA HAS E DM

istoria - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

*Por motivo de acidente automobilístico apresentado dor e deformidade do antebraço D. Debrido Rm.*

agnostico: *Fratura do galteozzi*

Conduta

*Interno p/ procedimento cirurgico.*

rescricao

Horario da medicacao

*David Pierre L. Matias*  
Médico  
CRM 100.000



**Antecedentes Pessoais e Hábitos:**

Doenças Anteriores: \_\_\_\_\_

Alergias: \_\_\_\_\_

Cirurgias: \_\_\_\_\_ [ ] HTF

[ ] HAS [ ] DM [ ] TB [ ] HEP [ ] Dislipidemia [ ] Banho de Rio [ ] Casa de Taipa \_\_\_\_\_

[ ] Trauma \_\_\_\_\_ [ ] Neo \_\_\_\_\_ [ ] Tabagismo \_\_\_\_\_

[ ] Alcoolismo \_\_\_\_\_

Exercício Físico: \_\_\_\_\_ Alimentação \_\_\_\_\_

**Antecedentes Familiares:**

HAS \_\_\_\_\_ DM \_\_\_\_\_ TB \_\_\_\_\_ NEO \_\_\_\_\_

Dislipidemias \_\_\_\_\_

**Exame Físico:**

Peso: \_\_\_\_\_ Kg Altura: \_\_\_\_\_ m IMC = \_\_\_\_\_ PA = \_\_\_\_\_ mmHg

FC = \_\_\_\_\_ FR = \_\_\_\_\_ TEMP(°C) = \_\_\_\_\_

Geral: \_\_\_\_\_

Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): \_\_\_\_\_

Gânglios: \_\_\_\_\_

Pele: \_\_\_\_\_

ACV: \_\_\_\_\_

AR: \_\_\_\_\_

ABD: \_\_\_\_\_

AGU: \_\_\_\_\_

SME: \_\_\_\_\_

SN: \_\_\_\_\_

Resultados de Exames Complementares: *Rx* \_\_\_\_\_Hipóteses Diagnósticas: *Fo de galeazzi* \_\_\_\_\_Conduta: *Interno p/ procedimento cirúrgico* \_\_\_\_\_

## RELATÓRIO DE CIRURGIA

<b>Nome:</b> LUCIANO FELIPE				<b>Registro:</b>	
<b>Idade:</b>	<b>Sexo:</b>	<b>Cor:</b>	<b>Clínica:</b>	<b>EMP:</b>	<b>LR:</b>
<b>Data:</b> 13/04/20	<b>Cirurgião:</b> DR ANDRE RIBEIRO			<b>1º Assistente:</b> DR YURY	
<b>2º Assistente:</b>		<b>3º Assistente:</b>		<b>Instrumentador:</b>	
<b>Anestesista:</b>		<b>Tipo Anestesia:</b>		<b>Horário:</b> I:	T:
<b>DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO</b>					<b>CID</b>
FX LUX GOMELARI (D)					
FX S: MTC (D)					
<b>DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO</b>					<b>CID</b>
O MESMO.					
<b>PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)</b>					<b>CÓDIGO</b>
RAFI. + fixação percutânea					
<b>Acidente durante Ato Cirúrgico</b> 1 ( ) Sim 2 (✓) Não				<b>Descreva:</b>	
<b>Biópsia de Congelação:</b> 1 ( ) Sim 2 (✓) Não					
<b>Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:</b> 1 (✓) Enfermaria 2 ( ) Terapia Intensiva 3 ( ) Residência 4 ( ) Óbito durante o Ato Cirúrgico					

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA	
<b>Posição e Preparo:</b>	
PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA	
ASSÉPSIA + ANTISSEPÇÃO	
APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTERNIS	
<b>Incisão:</b>	
LONGITUDINAL DORSAL DE THOMPSON POU	
PLANOS	
<b>Achados:</b>	
FR 2x NAPIO @	
<b>Conduta:</b>	
REALIZAR MANOBRA DE REDUÇÃO SOB VISÃO DIRETA	
APOSIÇÃO DE PLACA DCR 3,5m 8 FURTO	
APOSIÇÃO DE 6 PARAFUSOS CONTIGUOS 16mm	
APOSIÇÃO DE FIOK NA ARUD. EM SUP.	
REALIZAR MANOBRA DE REDUÇÃO 5º MTC @	
APOSIÇÃO DE 3 FIOK EM 5º MTC SOB ESCÓPIA	
LIMPEZA COM SFO, 8%	
SUTURA POU PLANOS SUB CUTÂNEO E PELLE.	
CURATIVO	
PA CONTROLE	
<b>Fechamento:</b>	
TAM ARILLO POCAL	
<b>OBS:</b>	
SE PACIENTE SEM QUESITO ALTO NO 1º DPO	

Data: 13/04/20

Dr. Yuri S. Cordeiro  
CRM 11.587/PB  
Ortopedia e Traumatologia

MÉDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





## FLUXO DE REFERÊNCIA INTRA E INTER REGIONAL

FICHA DE ENCAMINHAMENTO Nº: \_\_\_\_\_ CLÍNICA: \_\_\_\_\_  
DO HOSPITAL: HIRG  
PARA O HOSPITAL: TRAUMINHA  
MÉDICO ASSISTENTE: \_\_\_\_\_ DATA: 09 09 20

## IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO:

NOME: LUCIANO FELIPE SEXO: \_\_\_\_\_  
PROFISSÃO: \_\_\_\_\_ DOCUMENTO: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO: GURABIRA ESTADO: PB

## ANAMNESE E EXAMES FÍSICOS SUMÁRIOS:

Coluna Met e lombar dor com in  
e dificuldade em andar

## MEDICAMENTOS PRESCRITOS:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## DIAGNÓSTICO

PROVÁVEL: Fratura de Coluna L5 CID: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO PROFISSIONAL (CARIMBO): \_\_\_\_\_

Dr. Ramon B. A. Sousa  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM-PB 8432







## LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME :LUCIANO FELIPE				PRONTUÁRIO N°	
IDADE 44A	SEXO Masc	COR	CLÍNICA Ortopedia	ENF.	LEITO:
DATA DE ADMISSÃO 09/04/2020		DATA DE ALTA 14/04/2020		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fratura Luxação de Galeazzi DIREITO + FRATURA DO 5 METACARPO DIREITO</i>				CID S52 +S 62	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO <i>O mesmo</i>					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES <i>Rx de antebraço demonstrando solução de continuidade óssea da diáfise do rádio + FRATURA DO 5 METACARPO DIREITO</i>					
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO DE F.O. ( ) SIM ( X ) NÃO			COLETA DE MATERIAL ( ) SIM ( ) NÃO		
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
CONDIÇÕES DE ALTA ( X ) MELHORADO ( ) REMOVIDO ( ) A PEDIDO ( ) CURADO ( ) ÓBITO					
RESUMO CLÍNICO [HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES] <i>Paciente portador (a) de fratura luxação de galeazzi DIREITO + FRATURA DE 5 METACARPO DIREITO de foi submetido(a) a tratamento com redução cruento com fixação interna com placa e parafusos E FIO DE KIRSCHNER. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.</i>					
ORIENTAÇÕES PÓS ALTA DIETA: <i>Livre ou conforme já realizada pelo(a) paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...</i> REPOUSO: Relativo em casa por <b>15</b> dias. Retorno às atividades sem esforço físico em <b>30</b> dias. Retorno às atividades com esforço físico leve em <b>45</b> dias e com esforço maior em <b>90</b> dias. CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar. MEDICAÇÕES PARA CASA: <i>CEFALOXINA, PROFENID, DAPIRONA</i>					
RETORNO: Ao posto de saúde em <b>21</b> dias. Ao ambulatório do <i>Complexo Hospitalar Mangabeira</i> em <b>7</b> dias para revisão. DR: ANDRÉ RIBEIRO <i>Antônio F. S. Neto</i> Médico CRM / RJ - 12.125					





Buscar no site

A  
COMPANHIA

SEGURO  
DPVAT

PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)

CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICAS

SALA DE  
IMPrensa

TRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a contar da data de entrega da documentação completa.

### SINISTRO 3200247294 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA LUCIANO FELIPE

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO LUCIANO FELIPE

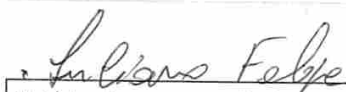
CPF/CNPJ: 01878534440

Posição em 18-08-2020 14:58:06



O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será li  
Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento Valor da Indenização Juros e Correção Valor Total

19/08/2020 R\$ 4.725,00 R\$ 0,00 R\$ 4.725,00



Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
19/07/2020	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/916wnRiufnXMuseb1rWzB api_key=tjZcdeQg1ywxPaxWMvRdhCtgbSSsQF+JbglZ900p5NA=)
18/07/2020	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/90c4DILxgp7DzYF5q+Q api_key=tjZcdeQg1ywxPaxWMvRdhCtgbSSsQF+JbglZ900p5NA=)





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**5ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0846247-28.2020.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Em relação ao pedido de justiça gratuita, o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira, nem é prova inequívoca, sem contar que é desnecessária ante a possibilidade do próprio advogado afirmar na inicial, desde que tenha poderes para tanto, declarado na procuração.

No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial, natureza e objeto discutidos.

Ademais, requer a gratuidade, sem sequer informar o valor das custas, as quais requer a dispensa de pagamento. Em outras palavras, o próprio autor não sabe se tem ou não capacidade de pagamento delas.

Por outro lado, o Juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Assim, antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.



ANTE O EXPOSTO, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, INTIME-SE a parte requerente para, em 10 (dez) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício, documentos capazes de comprovar a hipossuficiência, tais como: cópia das últimas folhas da carteira do trabalho; comprovante de renda mensal e de eventual cônjuge, cópia dos extratos bancários de contas de sua titularidade e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal e documento comprobatório de recebimento do bolsa família. Em especial, juntar(em) a simulação do valor das custas e despesas as quais requer(em) a gratuidade, se já não tiver juntado.

Tudo, ante a possibilidade de redução ou parcelamento, que podem ser requeridos, nos termos do NCPC. Acaso deferido o benefício e posteriormente revogado, a parte arcará com as custas judiciais e despesas processuais e multa de 10 vezes o valor das custas judiciais, nos termos previstos no artigo 100, p. único do NCPC.

Nos termos do CPC:

- A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência;
- Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade;
- A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas;
- A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento;
- O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 17 de setembro de 2020.

Juiz(a) de Direito



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 5ª VARA CIVIL DA CAPITAL.

JUSTIÇA GRATUITA

**LUCIANO FELIPE**, já devidamente singularizado nos autos do processo, vem perante vossa excelência, por meio de seus advogados, atender o despacho retro.

O autor atualmente encontra-se empregado exercendo a função de ajudante geral com o salário girando em torno de um salário mínimo. Dessa forma, o autor não dispõe de recursos para custear as despesas processuais, momento que reitera o pedido feito na inicial, a concessão da justiça gratuita.

Vejamos o “art. 98. *A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei*”. O NCPC coaduna-se com o princípio insculpido no art. 5º, LXXVII da Constituição Cidadã: “LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”

Note-se que o § 4º do art. 99 do NCPC assim prevê: “a assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça”.

Ora, de fato não parecia admissível condicionar o deferimento da gratuidade judiciária ao patrocínio pela Defensoria Pública ou convênios, porquanto a parte tem o direito à livre escolha do profissional que defenderá seus interesses, daí a relevância da previsão expressa no NCPC



Diante de tudo que foi exposto, ratifica os pedidos da inicial, requerendo a concessão da justiça gratuita, por ser o autor hipossuficiente.


Nestes termos, pede-se deferimento.



João Pessoa, 22 de Outubro de 2020.





 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 200.9.20.51198/01
			<b>Data de emissão:</b> 22/10/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0846247-28.2020.815.2001	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/10/2020
<b>Número da</b> 200.2020.651198 <b>Tipo da</b> Custas Iniciais			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,87
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 259,35 - Taxa Judiciária: R\$ 71,00 - Taxa bancária: R\$ 1,38			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovente</b> JOSE EDUARDO DA SILVA; LUCIANO FELIPE;			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Promovido:</b> COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.;			<b>Valor total:</b> R\$ 331,73
<b>Valor da causa:</b> R\$ 4.725,00			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			
866000000038 317309283180 520201031207 092051198015 			<b>Valor final:</b> R\$ 331,73

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 200.9.20.51198/01
			<b>Data de emissão:</b> 22/10/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0846247-28.2020.815.2001	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/10/2020
<b>Número da</b> 200.2020.651198 <b>Tipo de</b> Custas Iniciais			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,87
<b>Promovente</b> JOSE EDUARDO DA SILVA; LUCIANO FELIPE; ALEXANDRA			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovido:</b> COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.;			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Valor da causa:</b> R\$ 4.725,00			<b>Valor total:</b> R\$ 331,73
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 259,35 - Taxa Judiciária: R\$ 71,00 - Taxa bancária: R\$ 1,38			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 331,73

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 200.9.20.51198/01
			<b>Data de emissão:</b> 22/10/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0846247-28.2020.815.2001	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/10/2020
<b>Número da</b> 200.2020.651198 <b>Tipo de</b> Custas Iniciais			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,87
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 259,35 - Taxa Judiciária: R\$ 71,00 - Taxa bancária: R\$ 1,38			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovente</b> JOSE EDUARDO DA SILVA; LUCIANO FELIPE;			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Promovido:</b> COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.;			<b>Valor total:</b> R\$ 331,73
<b>Valor da causa:</b> R\$ 4.725,00			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			
866000000038 317309283180 520201031207 092051198015 			<b>Valor final:</b> R\$ 331,73





Poder Judiciário da Paraíba  
5ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0846247-28.2020.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [Acidente de Trânsito]  
Polo ativo: AUTOR: LUCIANO FELIPE  
Polo passivo: REU: COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, diante do requerimento da parte autora, faço os autos cls para apreciação.

JOÃO PESSOA, 25 de outubro de 2020  
KENIA SIMOES DANTAS BARBOSA





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**5ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0846247-28.2020.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Diante de inúmeras audiências realizadas nesta Vara que restaram infrutíferas, deixo para momento oportuno a análise da conveniência quanto a realização de audiência conciliatória, fazendo-se adaptações que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e a maior celeridade do processo.

Em consequência, CITE-SE o promovido, para oferecer contestação, em 15 dias úteis, querendo, sob pena de revelia.

DEFIRO a justiça gratuita consoante art. 98 do NCPC (ID 35779387).

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 27 de outubro de 2020.

Juiz(a) de Direito







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**5ª Vara Cível da Capital**

---

PROCESSO Nº 0846247-28.2020.8.15.2001  
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Acidente de Trânsito]

AUTOR: LUCIANO FELIPE  
REU: COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.

**MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (RÉU)**

De ordem do MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte ,  
Nome: COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.  
Endereço: PÇ MIL OITOCENTOS E DEZESSETE, 105, SALA 220 BLOCO B, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-010

do despacho, cujo teor é o seguinte:

Vistos, etc.

Diante de inúmeras audiências realizadas nesta Vara que restaram infrutíferas, deixo para momento oportuno a análise da conveniência quanto a realização de audiência conciliatória, fazendo-se adaptações que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e a maior celeridade do processo. Em consequência, CITE-SE o promovido, para oferecer contestação, em 15 dias úteis, querendo, sob pena de revelia. DEFIRO a justiça gratuita consoante art. 98 do NCPC (ID 35779387). Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, em 5 de dezembro de 2020.

**KENIA SIMOES DANTAS BARBOSA**



PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 20091710483284100000032915899 (inicial)



## CERTIDÃO

Certifico que, dei inteiro cumprimento ao presente mandado, procedendo à citação e intimação da ré, **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**, na pessoa de Natália Soares A. da Silva, a qual se apresentou como representante legal da ré, apta à receber citações e intimações em seu nome, e após tomar conhecimento de todo conteúdo do mandado, exarou a sua nota de ciência, ficando com a contrafé. Dou fé.

João Pessoa, 11 de dezembro de 2020.

Evaldo Dionízio da Silva





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
5ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº 0846247-28.2020.8.15.2001  
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Acidente de Trânsito]

AUTOR: LUCIANO FELIPE  
REU: COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.

**MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (RÉU)**

De ordem do MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte ,  
Nome: COMPREV VIDA E PREVIDENCIA S.A.  
Endereço: PÇ MIL OITOCENTOS E DEZESSETE, 105, SALA 220 BLOCO B, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-010

do despacho, cujo teor é o seguinte:

Vistos, etc.

Diante de inúmeras audiências realizadas nesta Vara que restaram infrutíferas, deixo para momento oportuno a análise da conveniência quanto a realização de audiência conciliatória, fazendo-se adaptações que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e a maior celeridade do processo. Em consequência, CITE-SE o promovido, para oferecer contestação, em 15 dias úteis, querendo, sob pena de revelia. DEFIRO a justiça gratuita consoante art. 98 do NCPC (ID 35779387). Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, em 5 de dezembro de 2020.

**KENIA SIMOES DANTAS BARBOSA**

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO  
DOCUMENTO: 20091710483284100000032915899 (inicial)



Assinado eletronicamente por: KENIA SIMOES DANTAS BARBOSA

05/12/2020 14:50:58

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 37506711



20120514505816100000035784983

[http://pje.jus.br/pje/Painel/painel\\_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=35784983&idProcessoDoc=37506...](http://pje.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=35784983&idProcessoDoc=37506...) 1/2



Assinado eletronicamente por: EVALDO DIONIZIO DA SILVA - 11/12/2020 16:03:59

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121116035932600000036006825>

Número do documento: 20121116035932600000036006825